

Haiyu Mozambique Mining Company: dinâmicas da intervenção chinesa nas areias pesadas de Angoche

Michael Sambo

INTRODUÇÃO

Com mais de 200 mil variedades de minerais, estimadas em 11,8 triliões de dólares americanos em 1997 (Furtado 2009: 34, 37, 38), a China é um país rico em recursos minerais. Porém, com o aumento da demanda interna, devido à crescente industrialização (Jiang 2009: 587, 588), às metas internas de crescimento (Furtado 2009: 21), ou às estratégias de sustentabilidade industrial de longo prazo (Guimei 2003), nos últimos anos, transformou-se em importador de recursos minerais. Até 2015, quando a China importou recursos minerais correspondentes a U\$D 8,459,290,830.00, tinha como principais fornecedores a Austrália (41%), a América do Sul (26%), a Ásia (14%) e a África (8%) (World Bank 2017).

Com vista a satisfazer as necessidades da sua economia, a China tem a África e no caso particular das areias pesadas, Moçambique como um dos destinos privilegiados para os seus investimentos. Porém, o influxo de investimentos *per se* pode não significar benefícios socioeconómicos para o país, facto que para aferir carece de análise. Em Moçambique, uma das empresas chinesas que pode caracterizar a presença deste país no sector dos recursos minerais, é a Haiyu Mozambique Mining Company Lda (HMMC).

O presente *IDeIAS* descreve dinâmicas da intervenção chinesa no sector mineiro moçambicano com particular ênfase na HMMC. O texto é baseado em entrevistas realizadas em Novembro de 2016 em Nampula.

Importância e contexto do surgimento da empresa HMMC

Embora Moçambique não figure entre os maiores exportadores de recursos minerais para a China, o país contém uma das maiores reservas mundiais de areias pesadas, facto que pode ter atraído aquele país asiático. De acordo com pesquisas anteriores, Moçambique detém reservas significativamente altas de areias pesadas estimadas em mais de 211,9 milhões de toneladas ao longo da costa, e cerca de 214 milhões de toneladas offshore avaliadas comercialmente em 60 108,5 milhões de dólares

americanos (Wright 2000: 207). Na essência, a China ainda é nova na exploração dos recursos minerais em Moçambique, e presume-se ter iniciado suas actividades mineiras no país em 2006 com o grupo *Jinan Yuxiao*. Este grupo introduziu outras empresas subsidiárias chinesas no sector mineiro moçambicano, como a *África Yuxiao Mining Development Company* e a *África Great Wall Mining Development Co.*, que têm como foco a pesquisa, exploração e processamento industrial de Ilmenite, Titânio e Zircónio (Macauhub 2012; Africa Intelligence 2014). Note-se que, a *África Great Wall Mining Development Co.* é que funda a HMMC em 2010, numa sociedade por quotas de responsabilidade limitada com a *Hainan Haiyu Mining Co. Ltd* (Governo de Moçambique 2010). A HMMC que pode ser considerada actualmente uma das mais importantes empresas chinesas na exploração de recursos minerais em Moçambique, iniciou as suas operações de extração e exportação de Rutilo, Ilmenite e Zircão no povoado de Murrua, distrito de Angoche em 2011 com um investimento de 30 milhões de dólares americanos (Macauhub 2014).

A importância da HMMC transcende a sua medição através de variáveis económicas e sociais que em si só seriam contestáveis, mas a sua apreciação no contexto em que surge torna a avaliação de sua importância mais complexa e mais realística. O seu surgimento enquadra-se nos discursos de atracção de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e da ajuda externa para a promoção do desenvolvimento socioeconómico de Moçambique, que após o advento da Paz em 1992 começaram a ganhar corpo como principais meios de alavanca económica. Desde então, o IDE tem sido a forma preferencial de investimento quer em forma de mega projectos ou em investimentos de média e pequena escala no país. Porém, para além da dimensão ideológica nacional da importância de atracção de IDE, as boas relações históricas de cooperação entre a China e Moçambique (Alden e Chichava 2014), bem como a crescente presença da China na economia moçambicana podem, implicitamente, elevar a importância da empresa. Se por um lado, estas dimensões são imensuráveis e economicamente contestáveis, por outro lado, podem ser politicamente aceites.

De salientar que, enquanto no contexto moçambicano revela-se a apetência pelo IDE, do lado chinês foi lançada a Política *Going Global* no ano 2000, da qual surge a HMMC entre outras, financiada pelo governo chinês através do Fundo de Desenvolvimento China – África (*CAD Fund*)¹. No entanto, considerando a atenção que o governo de Moçambique dá à política de atracção de IDE e a importância da indústria extractiva na economia, torna-se imperioso reflectir sobre os contornos desses investimentos, à luz da HMMC, nas comunidades abrangidas e ao nível macroeconómicos.

Dinâmicas características da intervenção da HMMC

Embora até Novembro de 2016 alegasse não ter ainda recuperado o investimento, a HMMC tem vindo a produzir a um ritmo crescente. Até 2014, a HMMC afirma ter exportado para a China, cerca de 100.000 toneladas de areias pesadas em bruto. Com base nos dados avançados pela empresa, calcula-se que entre 2015 e Junho de 2017, a empresa tenha produzido e exportado pouco mais de 30.000 toneladas de Zircónio e mais de 150.000 toneladas de Ilmenite que são os seus principais produtos de exploração.

É de salientar que a empresa fora paralisada entre Maio e Julho de 2014, por violar um acordo com o governo que preconizava que a exploração em bruto fosse até Março daquele ano. A suspensão foi apenas levantada após o cumprimento das exigências de processamento que visava a separação dos produtos facilitando assim a tributação.

A empresa tem estado também a causar descontentamento às comunidades afectadas pelas suas operações e à sociedade civil local. Primeiro, porque as comunidades e a sociedade civil locais alegam não haver contrapartidas visíveis. Os valores correspondentes à responsabilidade social empresarial foram fixados entre o governo e a empresa em 3 milhões de dólares americanos. Deste valor, foram executadas duas operações de aproximadamente 2 milhões de dólares. A utilização desse valor continua controversa no seio da comunidade de Murrua, do distrito, bem como da sociedade civil de Nampula. Este facto tem gerado contestação e um clima tenso entre

¹O *CAD Fund* é um fundo inteiramente financiado pelo Banco Chinês de Desenvolvimento (CDB) e anunciado pelo então presidente chinês Hu Jintao em 2006 aquando do *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC) realizado em Pequim. O fundo tem como objectivo encorajar empresas chinesas a investir em África.

os residentes e a empresa por estes não experimentarem os benefícios daquele valor.

Ademais, as narrativas feitas pelos membros das organizações da sociedade civil e nativos de Murrua contam que à chegada da empresa chinesa naquele povoado, o administrador do distrito acorreu ao local e fez promessas no intuito de sensibilizar a população a acolhe-la. Nesse processo, o governante esclareceu que a missão da empresa consistia na exploração das areias pesadas. De acordo com a população local, o governante também fez promessas de desenvolvimento social e económico para aquela comunidade em nome da empresa. Entre as promessas, os residentes citaram: i) 850 postos de trabalho para os locais; ii) Construção de escolas primárias; iii) Construção de um Hospital; iv) Abertura de fontes de água potável; e, v) Electrificação da zona "de Murrua". A população não teve prévia informação sobre a vinda da HMMC, mas mesmo surpreendida com a sua chegada, e animada com as promessas, acolheu a empresa com altas expectativas. Porém, três anos depois da instalação da empresa, o sentimento de incumprimento das promessas começou a gerar agastamento e a despertar as comunidades para os efeitos negativos daquela exploração, tendo gerado descontentamento e reivindicações.

Entretanto, a contestação popular transcende o mero incumprimento das promessas, denunciando também prejuízos sociais, económicos, morais e exigindo a observância de aspectos de justiça social. As primeiras manifestações públicas contra a empresa foram principalmente caracterizadas por colocação de barricadas na via de acesso utilizada pelos camiões da empresa que levam a mercadoria ao porto, e registaram-se em Julho de 2014 (Notícias 2014). Nessa altura, a Sociedade Civil de Nampula que trabalha na área de recursos naturais afirmou que tinha sido desembolsada a primeira tranche do valor de responsabilidade social em cerca de um milhão de dólares americanos para o governo, sem nenhuma repercussão naquela comunidade. Por seu turno, os residentes afirmam que nem uma das promessas foi cumprida, salvo parcialmente, a promessa de emprego que abrangia apenas seis indivíduos de Murrua. No entanto, a empresa estendeu a rede eléctrica a partir da sede do distrito até Sangage sede (cerca de 60km) com os valores correspondentes ao segundo desembolso. Porém, a energia só beneficia a localidade de Sangage sede e não à população de Murrua que está localizada entre aquela localidade e a sede do distrito, e que é o local onde a empresa opera. Este facto deixa as populações de Murrua agastadas, sobretudo, porque naquele lugar apenas a empresa se beneficia da energia. Mais ainda, os nativos contestam as deficientes compensações no processo de colocação dos postes de energia eléctrica, bem como a degradação ambiental decorrente da exploração que resulta na escassez de produtos da natureza dos quais se socorriam para alimentação, artesanato e construção dos seus abrigos. Ademais, considerando

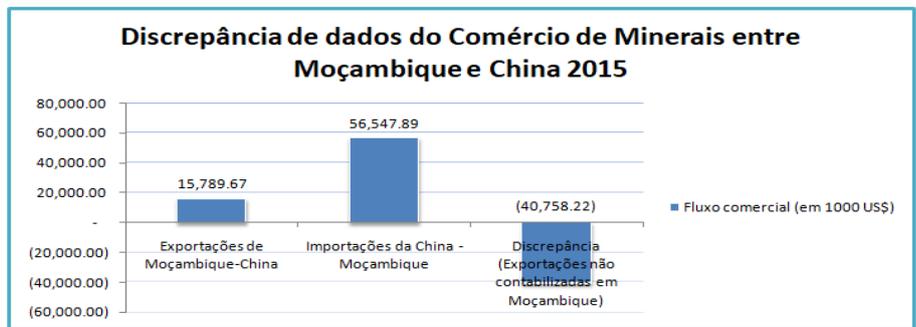


Fig. 1: Discrepância de dados do Comércio Internacional de Minerais entre Moçambique e China 2015 (Fonte: Autor com base em dados do World Bank 2017)

as suas principais actividades económicas, nomeadamente a pesca e a agricultura, reclamam a relocação dos seus campos de cultivo para locais mais distantes, e o alongamento das distâncias para o mar visto que actualmente os pescadores têm que contornar a mineradora para chegar ao mar.

Segundo, para além de haver contradições em relação à aplicação dos fundos de responsabilidade social disponibilizados pela empresa, persiste o cepticismo no seio da Sociedade Civil quanto a tributação da empresa pelo governo. Por um lado, tanto a sociedade civil como a comunidade de Murrua não acreditam no governo em relação a aplicação de um milhão de dólares, da primeira tranche de responsabilidade social, desembolsados pela empresa. O governo insiste ter adquirido uma ambulância para a unidade hospitalar distrital; ter reabilitado a mesma unidade hospitalar e sua morgue, e ter financiado a reabilitação da única pensão do distrito, tudo na sede do distrito; e que abriu alguns furos de água. No entanto, a sociedade civil rejeita esses factos e questiona o sentido de responsabilidade social visto que nada foi directamente contemplado às comunidades afectadas pelo projecto.

Por outro lado, a sociedade civil fala de evasão fiscal da empresa em conluio com as instituições estatais responsáveis (Paulino 2015), por estas rejeitarem o fornecimento de dados tributários referentes a empresa para efeitos de monitoria. A este respeito, e segundo os dados do Banco Mundial sobre as transacções comerciais de recursos minerais entre Moçambique e China, verifica-se que apenas 28% dos recursos minerais importados pela China em 2015 foram contabilizados em Moçambique (vide fig.1). Isso implica que cerca de 72% dos recursos minerais exportados para a China em 2015, avaliados em 40,8 milhões de dólares americanos, não foram contabilizados nem tributados em Moçambique. Embora esta constatação seja mais geral, a respeito dos recursos minerais exportados para a China, ela corrobora com o argumento da sociedade civil em relação ao comportamento tributário da HMMC.

Reflexão final

Com base na análise das actividades da HMMC, pretendia-se aqui olhar para as dinâmicas da intervenção chinesa na actividade extractiva em

Moçambique, bem como analisar o seu impacto na vida e economia locais. O texto remete-nos, também, a reflectir sobre os benefícios das políticas de atracção de investimento que Moçambique tem continuamente exaltado. Uma das principais conclusões aqui avançadas é que o entusiasmo demonstrado pelas elites políticas aquando da chegada da HMMC contrasta com os resultados observáveis após mais de cinco anos do início das operações. Refira-se que o nível de descontentamento das comunidades locais, que sentem não estar a beneficiar do projecto outrora apresentado como projecto de desenvolvimento, contrasta com as expectativas e promessas inicialmente apresentadas. Estes aspectos remetem-nos a reflectir sobre o tipo de investimento que Moçambique precisa de atrair ou, alternativamente, sobre as medidas que se precisa tomar com vista a que este tipo de investimento beneficie a comunidade local e a nação, tornando-se assim, mutuamente vantajosos. No caso em análise, as principais dinâmicas observadas são essencialmente de conflitualidade entre a HMMC e o Estado por um lado, e por outro lado, entre a HMMC e a comunidade de Murrua, e a Sociedade Civil de Nampula.

Lista de Referências

- Africa Intelligence. 2014. «MOZAMBIQUE: Africa Great Wall to extract ilmenite - Issue 322 dated 03/06/2014». Africa Mining Intelligence. 3 de Junho de 2014.
- Alden, Chris, e Sérgio Chichava, eds. 2014. *China and Mozambique: From Comrades to Capitalists*. Auckland Park 2092, South Africa: Jacana Media.
- Furtado, Marco António Tourinho. 2009. Economia mineral chinesa e sua influência no comércio Brasil-China. Relatório Final de Pesquisa Contrato nº 0010/2006 - MME/SGM - FEOP. Ouro Preto.
- Governo de Moçambique. 2010. «Haiyu (Mozambique) Mining Co., Lda». *Boletim da Republica*, III Série - Número 20, n. Suplemento 1 (Maio): 392 (1-36).
- Guimei, Yao. 2003. «Strategic Consideration on Exploitation and Utilization of African Mineral Resources». *West Asia and Africa*, No. 2: 53-57.
- Jiang, Wenran. 2009. «Fuelling the Dragon: China's Rise and Its Energy and Resources Extraction in Africa». *The China Quarterly* 199 (Setembro): 585-609.
- Paulino, Júlio. 2015. «Multinacional chinesa em Angoche não paga impostos há anos». @Verdade Online. 15 de Outubro de 2015.
- Macauhub. 2012. «Chinese group Jinan Yuxiao takes advantage of increased mining activity in Mozambique». *Macauhub* (blog). 2 de Setembro de 2012.
- Macauhub. 2014. «Reiniciadas operações das areias pesadas em Angoche, Moçambique». *Macauhub* (blog). 15 de Julho de 2014.
- Notícias. 2014. «Areias de Sangage: População obstrui saída de minérios - Jornal Notícias». *Jornal Notícias*, 22 de Julho de 2014, Online edição, sec. Economia.
- World Bank. (s.d.) «China | Import Product Share (%) | Minerals | Import | from By Country and Region | 1992 - 2015 | WITS | Data».
- Wright, Ian. 2000. «South African East Coast Heavy Mineral Mining and the Development of Mozambique's Heavy Mineral Industry». Em *Intergovernmental Oceanographic Commission: Workshop Report No. 165*, 203-8. Paris 07 SP: UNESCO.